
A ÉTICA DO DISCURSO: UMA EXPERIÊNCIA BEM-SUCEDIDA NA ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DE VALENTE – APAEB

ARTIGO – ADMINISTRAÇÃO GERAL

Reynaldo Josué de Paula

Professor Assistente do Departamento de Estudos Organizacionais da Escola de Administração da UFBA. Doutorando no PPGA da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio de Grande do Sul.

E-mail: reynaldoadm@uol.com.br

Recebido em: 27/09/2005

Aprovado em: 14/10/2005

RESUMO

Este artigo baseia-se na ética do discurso contida na Teoria da Ação Comunicativa de Habermas e é uma síntese de um estudo empreendido na Associação de Pequenos Agricultores do Semi-Árido do Estado da Bahia (APAEB). Pretendeu-se mostrar como os membros da comunidade e da instituição pesquisada entendem e fazem uso da ética do discurso em suas relações comunicativas diárias dentro e fora da Associação. Também tentou-se verificar como a comunidade internaliza e apreende os conceitos da teoria habermasiana do discurso ético. A metodologia utilizada foi uma combinação de pesquisa-ação e grupo focal, a partir de um mecanismo de análise grupal do que se chamou de dilemas éticos, e o estudo teve a duração de aproximadamente seis meses. A amostra levou em conta três grupos distintos de pessoas ligadas à Associação: oito membros da diretoria, dez associados produtores e dez funcionários da APAEB. As dinâmicas de grupo mostraram que há um genuíno e grande interesse em apreender e praticar os valores éticos de solidariedade e justiça entre eles. O estudo também revelou que é necessário um período mais longo para uma melhor assimilação e para o desenvolvimento de uma competência discursiva como meio de ação comunicativa entre os participantes.

Palavras-chave: Racionalidade, Ética, Democratização, Mundo da Vida, Mundo do Sistema.

THE ETHICS OF DISCOURSE: A SUCCESSFUL INITIATIVE WITH AN ASSOCIATION OF SMALL FARMERS IN BRAZIL

ABSTRACT

The ethics of discourse from the Theory of Communicative Action by Habermas were the subject of study with an Agricultural Community Association of Small Farmers in Valente, Bahia. The purpose was to understand how the community understood, learned, made use of and adopted the ethics of discourse in daily communications. The methodology used was action research combined with focal groups during the of six month study. The three different groups involved were made up of eight directors, ten associated producers and ten employees from the Association. Group dynamics revealed a genuine and extensive interest in the learning and practice of the ethical values of solidarity and justice. However the study also disclosed that more time was necessary to improve assimilation and development of discursive competence as a means of communicative action among participants.

Key words: Rationality, Ethics, Democratization, World Life, World System.

1. INTRODUÇÃO

Em 2000, a coordenação do Colegiado da Graduação da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA) promoveu um encontro com membros da comunidade empresarial, associações e cooperativas, com o objetivo de obter informações para a renovação da grade curricular de seus cursos. Uma das demandas de destaque foi a de que a Escola contribuísse para a formação de “gestores éticos”, cujas condutas fossem compatíveis com valores éticos legitimados pelas organizações e pela comunidade.

Nesse âmbito, percebeu-se que os debates constantes, as polêmicas e as dúvidas que a ética suscita evidenciam que esse tema carece de maior reflexão e aprofundamento teórico-prático, visto que os participantes do encontro demonstraram receptividade ao assunto, sinalizando interesse pelo seu conteúdo teórico e pela criação de mecanismos que possibilitem inseri-lo em suas atividades organizacionais cotidianas.

Desse modo, supõe-se que as organizações, principalmente aquelas pautadas em princípios sociais tais como a solidariedade e a equidade social, considerem prioritariamente a dimensão ético-moral para a obtenção de sua sustentabilidade econômica, num cenário marcadamente competitivo e utilitarista. Nesse caso enquadra-se a Associação de Pequenos Agricultores do Semi-Árido do Estado da Bahia (APAEB), foco deste artigo, com seu projeto de promover o social e, simultaneamente, desenvolver atividades mercantis, em razão da importância destas na consecução e continuidade de seu trabalho social. Na busca desse equilíbrio, a Instituição procura efetivar seus objetivos por meio de uma racionalidade que permita a sua manutenção

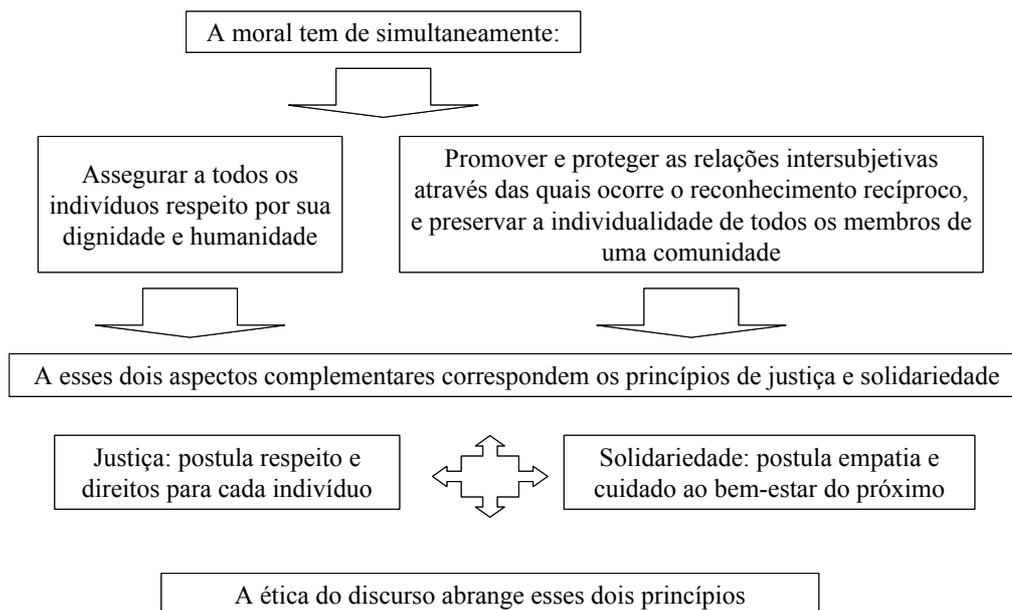
no mercado e, ao mesmo tempo, o cumprimento eficaz de seus compromissos, mediada por valores ético-morais que proporcionem aos seus membros o sentimento de lutarem por uma sociedade mais justa e solidária.

Um problema, contudo, vem à tona: qual racionalidade pode integrar a dimensão ética ao dia-a-dia da APAEB? Esse questionamento remete a uma investigação teórica, delineadora de uma possibilidade conceitual e uma investigação empírica. Essa possibilidade foi encontrada na Racionalidade Ético-Comunicativa de Jürgen Habermas, ancorada na Ética do Discurso.

Nesse sentido, este trabalho tem seis momentos. No primeiro, fazem-se algumas considerações sobre a Racionalidade Ético-Comunicativa e a Ética do Discurso. No segundo momento, apresenta-se uma síntese do delineamento metodológico da pesquisa. No terceiro é feita uma breve descrição da APAEB. No quarto, tem-se uma síntese analítica da vivência dos dilemas utilizados neste trabalho. No quinto, são tecidas algumas considerações finais sobre a plausibilidade de uma vivência da Ética do Discurso e de sua disseminação em toda a comunidade apébiana, e no último momento temos a conclusão geral.

A opção por esse tema deu-se a partir de estudos e reflexões sobre as correntes fundamentais da ética contemporânea, e justifica-se tanto pela natureza pragmática, vivencial e interacional da Ética do Discurso, que envolve questões como consenso, participação e dialogicidade, temas seminais para a Teoria Administrativa, quanto por sua abrangência, pois é uma ética que possui como finalidade a justiça e a solidariedade (Figura 1).

Figura 1: Os princípios filosóficos da ética do discurso



Fonte: Elaborada pelo autor.

2. A RACIONALIDADE ÉTICO-COMUNICATIVA

Na obra *Teoría de La Acción Comunicativa*, Habermas (1988a/b) explicita um novo conceito de razão, a Racionalidade Ético-Comunicativa, que tem como *medium* a linguagem. Essa razão é ancorada em relações intersubjetivas e em valores de verdade, justiça e liberdade. Nessa abordagem, a linguagem tem como *télos* o entendimento entre sujeitos lingüística e interativamente competentes, numa relação sujeito-sujeito, ou seja, entre iguais. Habermas sai do paradigma da filosofia da consciência para o paradigma da filosofia da linguagem¹, realizando aquilo que foi designado como uma “guinada lingüística”.

¹ A filosofia da linguagem desponta com bastante expressividade a partir da metade do século XX, tendo como expoentes os filósofos Frege, Russel e Wittgenstein. Este último, em sua obra *Tractatus lógico-philosophicus* (1921), aborda a análise lógica das proposições lingüísticas. Entretanto, ao voltar-se para a linguagem comum, ou seja, aquela falada no cotidiano pelos indivíduos, o filósofo elabora um dos aspectos mais importantes da sua obra: os Jogos de Linguagem. Nesta, a linguagem é vista como uma prática social na qual o significado de termos e expressões lingüísticas tem sua gênese a partir dessas interações. A obra de Wittgenstein subsidia Austin e seu aluno Searle, cujo trabalho de maior significado é a *Teoria dos*

Na perspectiva habermasiana, a racionalidade da linguagem está focada na busca do entendimento. Nessa lógica, os atos de fala são as unidades centrais da comunicação lingüística. Estes devem se pautar nas condições universais da ação comunicativa, que são as pretensões de validade. Estas se constituem na expectativa dos falantes em relação à validação de seus proferimentos e são as seguintes²: a) inteligibilidade; b) verdade; c) veracidade; d) retidão.

As pretensões de validade (Figura 2), na sua prática argumentativa em busca do consenso, resultam na Ética do Discurso. Esta tem como elemento norteador o princípio de justiça, visando atender aos interesses individuais e coletivos, ao condicionar a aceitação de uma norma à concordância de todos os envolvidos e também à responsabilização destes pelas conseqüências de sua

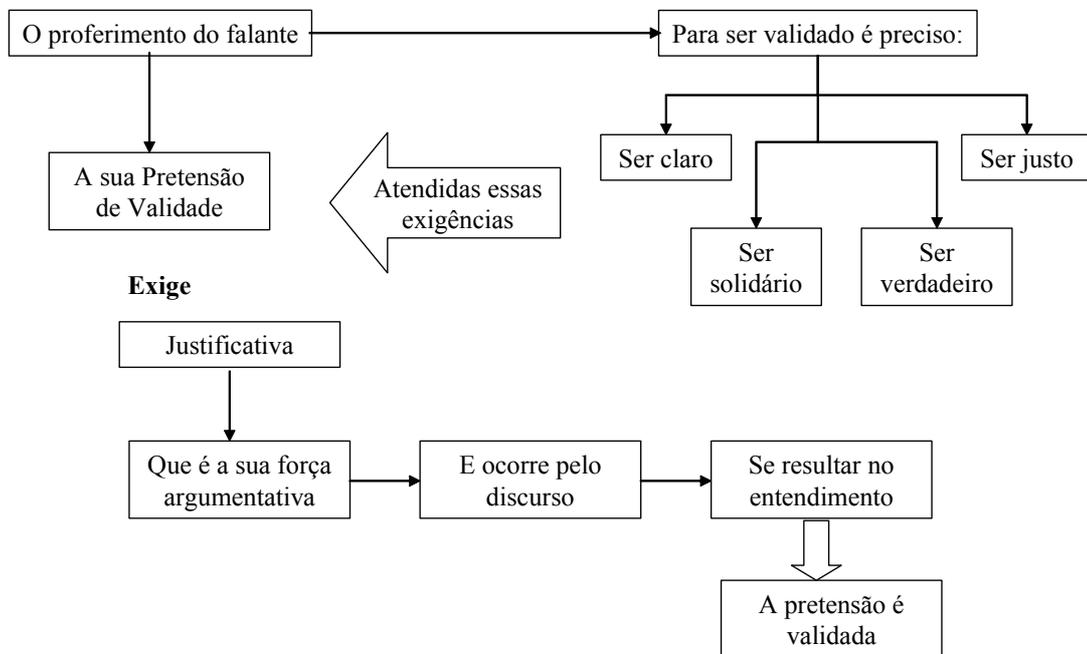
Atos de Fala, que se tornou o suporte da Pragmática Universal de Habermas.

² Convém ressaltar que os termos inteligibilidade, verdade, veracidade e retidão, utilizados para nomear os critérios das pretensões de validade, não foram bem apreendidos pelos participantes. As substituições que mais se adequaram foram: em lugar de inteligível, “está claro”; em lugar de verdade, “é solidário”; em lugar de correto, “é justo”.

efetividade. Na Ética do Discurso subjaz a noção da imperfeição moral do homem e de sua quase impossibilidade de encontrar a verdade moral.

Assim, registram-se situações morais que se adequam às contingências temporais e espaciais e aos interesses dos participantes.

Figura 2: A dinâmica da busca de pretensão de validade

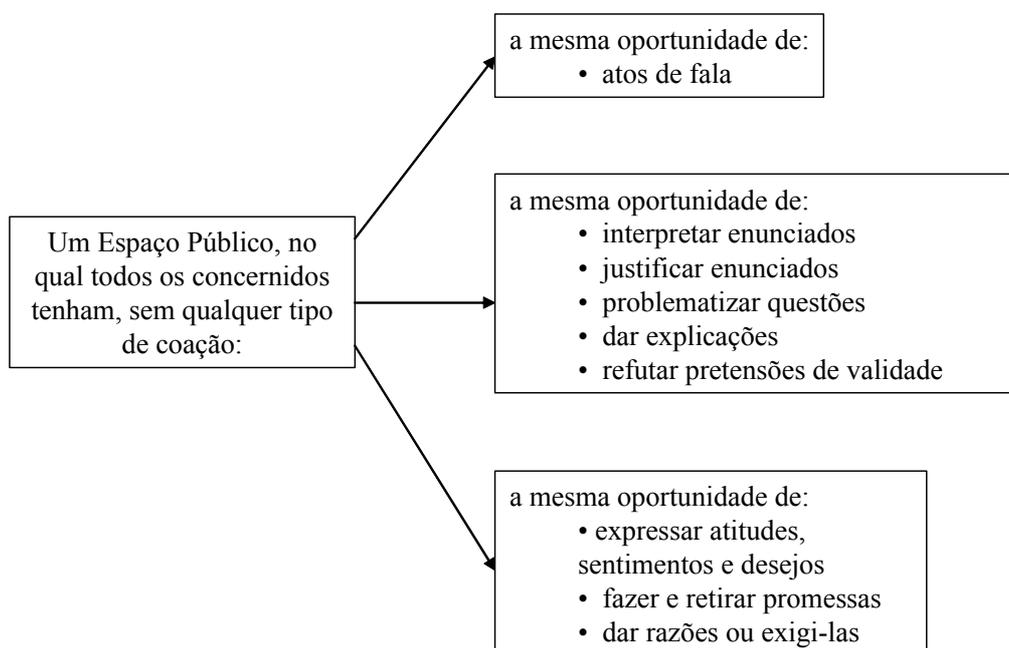


Fonte: Elaborada pelo autor.

Nessa lógica, pode-se afirmar que não existem princípios morais preexistentes à realidade da interação comunicativa. Estes só podem ser encontrados na prática dialógica ou discursiva, com vistas ao entendimento mútuo; portanto, os valores ético-morais resultam de uma construção social dos indivíduos nas suas interações. Desse modo, quanto maior for essa participação dos envolvidos, maior será a expectativa de manutenção prolongada do consenso obtido. Uma perspectiva não contemplada é um possível agente de ruptura futura na continuidade social, pois representa um direito não respeitado.

A efetivação da ética do discurso requer um contexto isento de qualquer repressão, assim como um Espaço Público em que os participantes dos atos da fala tenham iguais chances de expressar atitudes, sentimentos e desejos, assim como a mesma oportunidade de interpretar e/ou justificar enunciados, levantar questões discordando ou concordando, prometer ou retirar promessas, argumentar ou contra-argumentar, enfim, chegar a um entendimento de maneira cooperativa e compartilhada (Figura 3).

Figura 3: A função e a importância do espaço público na prática discursiva



Fonte: Elaborada pelo autor.

Essa exigência é um fato complicador na efetivação do agir comunicativo³, pois vai exigir dos envolvidos uma grande capacidade de descentração em relação aos seus interesses materiais, imateriais, às suas crenças, etc. Um suporte fundamental para a compreensão da Racionalidade Ético-Comunicativa é a divisão habermasiana da sociedade em duas esferas: o Mundo da Vida e o Sistema.

2.1. O Mundo da Vida

Para Habermas (1988a), é no Mundo da Vida que a moral tem suas raízes. É onde ocorrem as relações espontâneas, as certezas pré-reflexivas, os saberes implícitos que definem a situação da fala, possibilitando a busca cooperativa do entendimento. É um mundo *a priori*, inscrito na intersubjetividade dos sujeitos capazes de agir e falar e que compartilham a realidade de um mesmo mundo vivido. O Mundo da Vida é responsável pela reprodução simbólica nos processos macro e micro da sociedade – isto é, nas relações interpessoais mediadas pela linguagem num processo de

coordenação da ação dos indivíduos, na reprodução cultural e na integração social –, assegurando-lhes a sua dimensão pessoal e social. A dialética desse processo em sua espacialidade e temporalidade tem como pano de fundo a racionalidade comunicativa, numa trajetória histórica geradora de construções sociais que viabilizam, mantêm e reproduzem o *status* da realidade social.

Essa dinâmica ancora-se nos componentes do Mundo da Vida:

- a) a cultura: todo “acervo de saber, em que os participantes da comunicação se abastecem de interpretação para entender-se sobre algo no mundo” (HABERMAS, 1998b:196). A cultura, por sua natureza simbólica, além de ter uma função econômica, também permite ao homem, como criador de símbolos, dar um sentido a si mesmo, à sociedade, ao mundo;
- b) a sociedade: as “ordenações legítimas, através das quais os participantes na interação regulam suas pertinências a grupos sociais, assegurando, com isso, a solidariedade” (HABERMAS, 1998b:196);

³ É um agir pautado na busca do entendimento.

c) a personalidade: “competências, que permitem a um sujeito ser capaz de linguagem e de ação, isto é, que o capacitam a tomar parte no processo de entendimento e para afirmar nele sua própria identidade” (HABERMAS, 1988b: 196).

Para Habermas (1988a), enfim, existe uma comunalidade no Mundo da Vida, propiciada pelo consenso⁴ sobre um acervo cultural de saberes que os membros compartilham, enfrentando seus problemas de entendimento a partir desses conteúdos, viabilizando o convívio em sociedade e mostrando o imbricamento existente entre seus componentes. Isso implica que qualquer alteração na cultura se reflete nos outros elementos e vice-versa. Todavia, apesar de o Mundo da Vida ser dado ao sujeito vivente de maneira aproblemática – em outros termos, com tudo aquilo que ele vive ou experimenta naturalmente –, esse *status* de aproblematicidade é suscetível de ser questionado. Nesse caso, o Mundo da Vida passa a ser tematizado para ser validado ou não como um saber cultural.

2.2. O Sistema

O Sistema reporta-se à natureza estratégica das relações sociais, tendo como componentes a economia e o poder, os quais têm como *medium* o êxito financeiro ou o poder social. Apesar disso, são estruturas indispensáveis à reprodução material da sociedade que, devido às racionalizações próprias da modernidade, se autonomizaram do Mundo da Vida (HABERMAS, 1988a).

Nesse contexto, o Sistema assume um distanciamento em relação à normatividade das interações comunicativas cotidianas, posicionando-se conceitualmente na perspectiva do observador que aplica uma norma sem ser por ela implicado, tornando-se o âmbito da regulação mecânica e do controle estratégico. Nessa situação, os imperativos sistêmicos passaram a sobrepujar a base

comunicativa inerente às relações sociais, caracterizando a colonização do Mundo da Vida.

A colonização do Mundo da Vida é a integração sistêmica da sociedade, na qual a busca do entendimento é substituída pela busca do dinheiro e do poder, ou seja, do êxito. Em outras palavras, é a invasão da lógica do Sistema, que pretende submeter todos os aspectos da vida pessoal e social dos indivíduos ao princípio da eficácia, sem interrogar-se sobre os fins. É o agir pautado na ação estratégica, voltado apenas para o resultado que o sujeito pretende obter.

Nessa perspectiva, este artigo parte da afirmação habermasiana da colonização do Mundo da Vida pelo Sistema e do pressuposto de que a inserção da Racionalidade Ético-Comunicativa nas organizações será o fio condutor para a reversão desse processo.

Tenório (2000) analisa a distinção entre Mundo da Vida e Sistema como um recurso metodológico, para mostrar a integração da sociedade sob dois aspectos: um voltado para a integração social, por meio do consenso obtido comunicativamente, e o outro, a integração sistêmica, cuja interação funcional é mediada por relações de poder e dinheiro. Concluindo, ele afirma que pensar as interações sociais, quer seja na empresa, quer seja na própria sociedade, mediadas exclusivamente por ações comunicativas é uma idealização sem correspondência na realidade, pois supõe “autonomia absoluta dos sujeitos e uma transparência absoluta das decisões”, realidade impensável na práxis dos agentes sociais. Diante das reflexões do autor, é possível inferir que não há uma contradição intrínseca entre o Mundo da Vida e o Sistema, mas sim níveis diferentes, com funções diferenciadas na reprodução da sociedade. A problematicidade dessa coexistência simultânea é de grau, ou seja, à medida que o *ethos* funcional ou formal (do sistema) se avoluma, ele pode minar a base comunicativa e, conseqüentemente, o Mundo da Vida.

3. A APAEB

A Associação de Pequenos Agricultores do Semi-Árido do Estado da Bahia (APAEB) está situada no Semi-Árido baiano, na cidade de Valente, distando 238 km de Salvador, capital do Estado da Bahia. Foi fundada em 2 de julho de 1980, com o objetivo

⁴ O consenso é possível por meio da argumentação. Esta pode ser medida pelas razões que pode oferecer para ser aceita. Assim, não existe argumento que, pela sua simples apresentação, prescindida de uma prática discursiva para a obtenção de um consenso. Contudo, é bom lembrar que todo consenso é contingente, pois ele é sempre passível de ser questionado e, nesse caso, passa novamente pelo processo de validação.

de promover o desenvolvimento econômico sustentável da região sisaleira, seguindo uma política de agregar mais valor aos produtos dos pequenos agricultores, para manter o homem no campo em condições dignas de vida. Dentre as suas atividades econômicas, destaca-se a fábrica de tapetes e carpetes de sisal que atendem ao mercado brasileiro e também são exportados para os Estados Unidos e a Europa. A receita dessa exportação é responsável por 95% dos custos de todos os projetos da Instituição.

Além do seu projeto econômico e político, a APAEB desenvolve uma política que busca equidade e inclusão social, predominantemente por meio da educação. Nesse ângulo, destaca-se a Escola Família Agrícola (EFA), na qual os filhos dos pequenos agricultores aprendem técnicas de convivência com o Semi-Árido e são educados para conseguir sua autonomia econômica, política e cultural. Procura-se despertar neles a mentalidade de que é possível mudar as condições do sertão para que possam ter uma vida minimamente digna. A EFA é um centro de pesquisa sobre a criação de animais, como caprinos, galinhas, coelhos, abelhas, e o plantio de milho, feijão e outras espécies voltadas para a alimentação humana e animal. Essas atividades contribuem, parcialmente, para o sustento econômico da EFA, que é complementado com recursos próprios da APAEB, a ajuda de organizações não-governamentais e doações da comunidade e dos próprios funcionários da Associação.

Para apresentar um panorama dos projetos da APAEB, são enumeradas a seguir algumas das suas atividades:

- Fábrica de tapetes e carpetes de sisal, que emprega 500 funcionários;
- Batedeira comunitária de sisal: compra a produção de cerca de mil agricultores e emprega 42 funcionários;
- Escola Família Agrícola: funciona na Fazenda Madeira, com a Pedagogia da Alternância: 90 alunos de 6 municípios passam uma semana na escola e outra em casa, repassando para a família os conhecimentos para a convivência com a seca;
- Energia solar: programa de aproveitamento da luz solar para levar eletricidade às casas da zona rural. Beneficia hoje, aproximadamente, 300 famílias;

- Reflorestamento: plantio de mudas de árvores nativas e outras adaptáveis à caatinga, as quais são produzidas em viveiro próprio e distribuídas;
- Pesquisa: de tecnologias alternativas para o Semi-Árido;
- Artesanato: apoio ao trabalho desenvolvido por 90 mulheres artesãs que confeccionam peças artesanais, utilidades e decoração a partir de fibras naturais de caroá e sisal, em Valente e Aracá;
- Educação e Cidadania: promoção de seminários, cursos, reuniões nas comunidades, peças de teatro, apoio a associações comunitárias, apoio ao Fórum da Cidadania, que reúne entidades de Valente para cobrança e fiscalização dos atos do poder público municipal.

4. DELINEAMENTO METODOLÓGICO

O objetivo deste trabalho é conhecer as possibilidades e os limites da realização de uma vivência da Ética do Discurso entre os representantes da diretoria, funcionários e associados da APAEB, incluindo tanto as dimensões econômica, social e política, como aquelas peculiares ao ser humano – os valores, as crenças e os símbolos. Estas últimas são difíceis de quantificar e requerem interpretação, visto que são de acesso exclusivo do próprio sujeito e escapam à mera observação. Em virtude disso, optou-se por uma abordagem metodológica de natureza qualitativa.

Dentre as abordagens qualitativas, escolheu-se uma variação da pesquisa-ação, em conjunto com a técnica qualitativa de Grupos Focais e a de Dilemas Éticos. A pesquisa-ação configura-se como uma investigação social de base empírica sobre o dia-a-dia dos atores sociais, num esforço de apreendê-lo em toda a sua singularidade. Ela geralmente é associada a “[...] uma ação com a realização de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (THIOLLENT, 1994:9); assim, o público-alvo não é tratado como objeto, mas como sujeito interparticipante.

4.1. Fases da pesquisa

As fases da pesquisa são três: a) o mapeamento dos valores ético-morais do grupo de diretores, funcionários e associados; b) a legitimação desses valores; c) a vivência da Ética do Discurso, que foi operacionalizada por meio de Grupos Focais e de Dilemas Éticos. Essas fases foram realizadas de março a agosto de 2004, no auditório da APAEB.

Conforme Gortner (1991), existe um dilema ético em situações nas quais dois ou mais valores em conflito são importantes e competitivos e um deles deve prevalecer sobre os demais. Para que os indivíduos se encontrem em situações de dilema,

são exigidas três condições mutuamente essenciais: a) que estejam perante uma escolha ética; b) que estejam comprometidos em realizar o que é moralmente certo; c) que estejam confusos sobre o que é correto (ENTEMAN, 1993).

Para a elaboração de dilemas capazes de instaurar e alimentar o debate, sem criar situações delicadas e embaraçosas que pudessem trazer constrangimento a qualquer participante e sem qualquer conotação plebiscitária, ocorreram vários contatos com os pesquisados e com sua realidade. Os dilemas éticos elaborados (dez) tiveram como suporte teórico as categorias:

Quadro 1: Categorias de Análise

Categoria	Significado
Justiça social	A justiça aqui significa que todos os seres humanos devem ser tratados do mesmo modo com relação a direitos e deveres; isto se baseia num conceito fundamental: o de IGUALDADE. Portanto, uma justiça distributiva livre de egoísmos racionais e a favor dos interesses coletivos, mediada pela intersubjetividade comunicativa.
Ação comunicativa <i>Versus</i> Ação estratégica	A ação comunicativa é centrada na consensualidade obtida “[...] de um discurso cujos participantes ultrapassam as suas opiniões, a princípio limitados subjetivamente, a favor de um acordo racionalmente motivado” (HABERMAS, 1990:291). Já a ação estratégica coordenada por meios extralingüísticos visa apenas o sucesso financeiro e o poder social. Tem como força impulsora a racionalidade instrumental, que gera patologias sociais, entre elas a equivalência monetária entre as pessoas e as coisas.
Inclusão Social	Reporta-se ao processo de conviver com a diversidade de opiniões, valores, crença, comportamentos, gênero e etnia. Portanto, uma inclusão que pressupõe uma unidade a partir da heterogeneidade, pois o indivíduo reconhece-se nesta condição através da interação com seus pares, num contexto isento de qualquer coação e discriminação, fato que remete a relações de poder simétricas, isto é, ao compartilhamento do poder.
Espaço Público	É um <i>locus</i> no qual os atores sociais tematizam suas questões por meio de uma prática discursiva, no sentido de desenvolverem uma convivência democrática pautada na solidariedade, na justiça social e na emancipação dos indivíduos. Segundo Habermas, é o “uso público da razão”, o qual requer um espaço público para que todos tenham condições de tematizar e validar suas visões de mundo, opiniões, desejos, etc.
Mundo da Vida <i>versus</i> Mundo do Sistema	O Mundo da Vida é o saber organizado lingüisticamente e transmitido culturalmente, constituindo-se em uma fonte de modelos de interpretação e compreensão pelo indivíduo do mundo em que vive. O Mundo do Sistema é aquele responsável pela produção material da sociedade e tem como <i>medium</i> o sucesso econômico e o poder social.

Fonte: Adaptação de Habermas (1988 a/b).

A operacionalização dos dilemas foi efetivada por outra técnica qualitativa, os Grupos Focais. No pensar de Gaskell (2003:76), o Grupo Focal é “[...] um ambiente mais natural e holístico em que os participantes levam em consideração os pontos de vista dos outros na formulação de suas respostas e comentam suas próprias experiências e as dos

outros”. Nesse processo, as crenças, os valores, os mitos e os preconceitos dos participantes são externalizados através de suas subjetividades, as quais, ao mostrarem-se ao mundo, são objetivadas por intermédio da intersubjetividade, resultante da interação que ocorre entre os participantes. As falas (valores ético-morais) resultantes desse processo

investigativo foram analisadas com base nos pressupostos da Teoria da Ação Comunicativa (já descrita anteriormente) e sob a luz da fenomenologia social de Schutz.

1ª Fase: Mapeamento das Falas

O mapeamento das falas realizou-se com o grupo de diretores, de funcionários e de associados, separadamente, aos quais deu-se liberdade irrestrita de expressão. Os encontros foram gravados com a anuência dos participantes e anotações foram feitas pelo pesquisador para registrar expressões orais, faciais, gestuais e atitudes e mudanças de comportamento, com o intuito de obter uma melhor compreensão das falas.

2ª Fase: Legitimação das Falas

A legitimação instaura a polêmica entre o vivido e o proposto no mapeamento dos valores ético-morais dos participantes. Por isso mantém, destrói, constrói, interpreta e pode dar novo sentido às falas emergidas da fase anterior. Nesse sentido, não é somente o “saber-o-quê” dos valores ético-morais manifestados nas falas — o conteúdo norteador do comportamento dos participantes na sua práxis apaebiana — e o “saber-como e o porquê” de tais comportamentos, mas também o lidar com a eticidade destes, no plano conceitual e na concretude do dia-a-dia, instaurando a teorização da prática.

3ª Fase: Vivência da Ética do Discurso

Foi realizada com os três grupos conjuntamente, iniciando-se com o questionamento de cada uma das falas legitimadas, por meio das seguintes perguntas norteadoras: Queremos que esta fala oriente o nosso dia-a-dia na APAEB? Elas são justas e solidárias? Quais as conseqüências da utilização desta fala para todos nós? No caso de qualquer um dos concernidos discordar da justeza de qualquer uma dessas falas⁵, ela será problematizada, na busca da obtenção de pretensões de validade do enunciado que poderá assumir o *status* de regra ou norma para o grupo.

⁵ Numa postura de propiciar um aprendizado natural e espontâneo, evitou-se denominar as falas como normas, mas sim como proferimentos submetidos aos critérios de pretensão de validade, em consonância com a Teoria da Ação Comunicativa.

4.2. Resultados da Pesquisa⁶

4.2.1. Breve Análise do 1º Dilema

1º dilema:

A empresa Gema está concorrendo a um prêmio promovido pelo Ministério do Trabalho para empresas que registrassem o menor índice de acidentes no trabalho no primeiro trimestre de 2004. Um trabalhador sofreu um acidente no trabalho. Um colega viu o ocorrido e a vítima pede que ele registre o fato no órgão competente. Entretanto, a empresa não quer notificar o acidente para não perder pontos. Qual a decisão correta a ser tomada pelo colega? Ou você aceitaria não testemunhar para beneficiar a empresa? Por quê?

Categoria analisada: Justiça Social

Nas fases de mapeamento, legitimação e vivência da Ética do Discurso do 1º dilema, na questão da justiça, os participantes expressaram sentimento de solidariedade, de respeito aos direitos legais, de preocupação com a segurança e o bem-estar do outro, sinalizando valores mediados pela justeza nas relações sociais. Apesar disso, percebeu-se uma certa ambigüidade ética, como se vê nas falas “Se o acidentado fosse meu amigo, eu testemunharia, mas se não fosse, eu não faria isso” e “Se o prêmio fosse dividido entre todos, eu calaria, mas se ficar para a empresa, eu testemunharia”, ou seja, um viés particularista, egoísta, que é preocupante numa Instituição voltada para a promoção da justiça social.

Entretanto, o enunciado “Eu não testemunharia, o compromisso moral é mais importante do que o simples registro de um testemunho. Na APAEB, houve o caso de um funcionário que bateu a cabeça há mais de seis anos, e até hoje é assistido”, que, inicialmente, nega o amparo legal ao acidentado, numa análise mais atenta reveste-se de um valor moral simbólico, configurando-se como uma manifestação dos valores tradicionais de confiança mútua existentes no Mundo da Vida. Portanto, são normas naturais e asseguradas culturalmente para todos, que remetem a um agir comunicativo espontâneo, sem necessidade de nenhuma exigência ou imposição externa.

⁶ Na análise dos resultados, o pesquisador optou por não selecionar as falas de maior impacto nos grupos, procurando gerar maiores buscas de pretensões de validade, sem se preocupar se o falante era diretor, associado ou funcionário.

4.2.2. Breve Análise dos 2º, 3º e 4º Dilemas

2º dilema:

O processo fabril da empresa Alfa está liberando substâncias tóxicas acima do nível permitido por lei. O encarregado do controle de qualidade comunica a situação à diretoria. Esta, para não paralisar a produção e não investir em equipamento antipolvente, pede sigilo ao encarregado e decide ignorar o caso. Para vocês, qual é a atitude correta a ser tomada pelo encarregado? Por quê?

3º dilema:

A rede de lojas Oriente encomendou à empresa Jade uma linha de produtos decorativos de alta qualidade. Porém, o chefe da fábrica e o chefe financeiro, com o intuito de reduzir os custos e aumentar o lucro, sem comunicar à diretoria e combinar com os clientes, decidiram substituir a matéria-prima para a fabricação dos produtos por outra de menor preço e qualidade. A encomenda foi entregue no prazo previsto, sem que os clientes percebessem tal fraude. Um grupo de funcionários da fábrica notou o roubo e ficou indignado. Para vocês, qual a atitude correta a ser tomada por estes funcionários? E a da diretoria, quando souber do caso? Por quê?

4º dilema:

A empresa Luz tem grande credibilidade e respeitabilidade na comunidade em que desenvolve as suas atividades, inclusive por sua explícita política de responsabilidade social com todos aqueles que, direta ou indiretamente, nelas estejam envolvidos. Numa determinada época, ocorreram fortes chuvas na região, acarretando alagamentos, perda de colheitas, epidemias e população desabrigada. A comunidade pede à empresa que doe recursos financeiros para minimizar a situação. Se a empresa atender a esse pedido não terá dinheiro para pagar seus compromissos financeiros que vencem em 15 dias, prejudicando seriamente seus negócios. No entender de vocês, qual a atitude correta a ser tomada? Por quê?

Categoria analisada: Ação comunicativa versus ação estratégica

No 2º dilema, relativo a denunciar ou não a poluição provocada pela empresa, os participantes puseram em risco o atendimento de suas necessidades individuais e familiares básicas para salvaguardar o bem-estar coletivo, sinalizando um agir comunicativo. O depoimento mais ilustrativo dessa situação é:

Eu tentaria conversar com a diretoria e entrar num consenso para resolver o problema; se não sentisse sensibilidade para isso, eu denunciaria. Pois a empresa

é muito capitalista, só está pensando no lucro e muito pouco no ser humano. Na APAEB, temos o econômico, mas o social é importante.

O enunciado acima apresenta o diálogo como instrumento para a resolução de questões que envolvem, simultaneamente, o bem-estar individual e o coletivo, e também se contrapõe à desumanização capitalista sem, contudo, ignorar que a APAEB compete sob a lógica de mercado para garantir a sua sobrevivência e a manutenção dos seus projetos sociais, numa busca de equilíbrio entre o Mundo da Vida e o Mundo do Sistema, a fim de não comprometer sua opção social⁷.

O 3º dilema, também com foco na ação comunicativa, registrou o debate:

Participante (a), dirigindo-se ao grupo:

[...] quem irá ficar com o dinheiro ganho na troca da matéria-prima? Mesmo que o diretor de produção e o financeiro quisessem me dar um percentual desse ganho, eu denunciaria à diretoria. Eu aguardaria a reclamação do cliente [...]. Em seguida, substituiria a mercadoria com o menor custo possível, para diminuir o prejuízo.

Participante (b), dirigindo-se ao participante (a):

Ah! Se você ganhasse uma parte não denunciaria?

Participante (a), dirigindo-se ao participante (b):

Eu não quis dizer que faria isso, mas na realidade funciona assim.

Neste embate, ficaram explícitas manifestações pautadas nos pressupostos da ação estratégica, na qual o ganho financeiro é o grande norteador do comportamento, independentemente de qualquer preocupação de natureza ética, o que remete à esfera da racionalidade instrumental.

No 4º dilema, que aborda a questão da ajuda financeira à comunidade, predominou a idéia de que a empresa não deve ajudar financeiramente a comunidade para não se prejudicar. Há uma preocupação exclusivamente utilitarista, portanto pautada na ação estratégica. Isso fica bem claro na

⁷ Este momento permitiu ao pesquisador esclarecer a coexistência entre o Mundo da Vida e o Sistema; o pesquisador alertou, porém, sobre a necessidade de que este último não contamine a base comunicativa inerente às relações sociais, o que pode ser obtido mediante o fortalecimento dos pressupostos da Racionalidade Ético-Comunicativa.

controvérsia entre os participantes: “Eu tentaria adiar os compromissos da empresa para depois e ajudaria a comunidade”, opinião imediatamente rechaçada por outro companheiro, com o seguinte argumento: “Não existe acordo com isso não (a possibilidade de não receber salário para ajudar a comunidade), chuva e alagamento são com o poder público. A ética do país é isso aí, não é diferente não” – uma postura explicitamente norteada pelos pressupostos da ação estratégica.

Apesar disso, ocorreram proferimentos enfáticos de apoio irrestrito à comunidade, demonstrando sentimento de solidariedade e respeito e demarcando também o compromisso social da Instituição, como se vê a seguir:

[...] mesmo se prejudicando financeiramente, a Associação tem de ajudar. Não foi à toa que ela foi para aquela comunidade. Mesmo que ela vá de água abaixo, ela tem de socorrer a comunidade, tem de ser solidária, apesar de correr os riscos de se prejudicar seriamente. Este sentimento de cooperação e solidariedade nos une e fortalece.

Diante dos debates ocorridos e com base em observações, o pesquisador aventa a possibilidade de que o grupo diretamente vinculado às atividades fabris, voltadas para o mercado, esteja mais exposto à introjeção da lógica do ganho financeiro, da troca equivalente, o que explica que tenha uma visão distinta dos princípios defendidos pela APAEB e revela uma fonte de contaminação da base comunicativa nas relações sociais ocorridas nesse contexto.

4.2.3. Breve Análise dos 5º, 6º e 7º Dilemas

5º dilema:

A direção da empresa Cristal constatou que, no ano de 2003, registraram-se alguns problemas, tais como: absenteísmo, queda de produtividade e dificuldades de relacionamento entre as pessoas. Na análise dessa situação, verificou-se que esses problemas foram provocados pela ingestão de bebidas alcoólicas por alguns funcionários. Em virtude disso, foi adotado um programa de testes para identificar usuários de álcool em toda a empresa. Os funcionários acharam o programa um desrespeito pessoal e pediram a sua suspensão. Para vocês, qual a decisão correta a ser tomada? Por quê?

6º dilema

A empresa Evolução, que opera no ramo de utensílios domésticos, foi fundada no ano de 1954 por um grupo

de trabalhadores demitidos do Pólo Petroquímico. Nos últimos anos, a empresa teve um crescimento de 80% na sua receita, devido às exportações. A empresa investiu em tecnologia, maquinários e na contratação de pessoal bem qualificado para fazer frente a este desenvolvimento. Entretanto, vem-se registrando um constante desgaste nas relações entre os funcionários antigos e os novos. Os funcionários antigos têm acompanhado satisfatoriamente o crescimento da empresa, mas estão queixosos com o tratamento frio e desrespeitoso dos novos funcionários. Os funcionários novos fizeram um relatório mostrando que os funcionários antigos adaptam-se às novas situações com dificuldade, o que vem gerando um desenvolvimento mais lento da empresa. Em virtude disso, precisam ser substituídos gradativamente por funcionários mais treinados e atualizados. No lugar da diretoria, que atitude você tomaria? Por quê?

7º dilema:

A empresa Coral tem o seu quadro de pessoal composto de 961 homens e 186 mulheres. Nos últimos três anos, um crescimento acentuado de mercado gerou a necessidade de ampliação desse quadro. O setor de pessoal, para contratar novos funcionários, fez uma pesquisa na região para verificar a disponibilidade de mão-de-obra. Essa pesquisa mostrou que existe um grande número de mulheres e de homens na cidade com qualificação adequada para exercer satisfatoriamente as atividades na empresa. Para você, qual a decisão correta a ser tomada nas novas contratações? A decisão correta seria procurar contratar um maior número de homens ou um maior número de mulheres? Por quê?

Categoria analisada: Inclusão Social

O depoimento feito no 5º dilema:

Fazer o exame é um desrespeito, é invadir a intimidade do funcionário, eu não concordo. Acho que a lei não ampara fazer o teste sem autorização do funcionário. Imagine chegar em casa e dizer a minha família que tenho de fazer um teste para ver se estou bebendo, é uma vergonha para mim [...]

considera a realização do teste uma demonstração de autoritarismo funcional, que gera discriminação e opressão pessoal, evidenciando não haver um consentimento moral para sua efetivação. Em oposição a essa tendência, emerge o enunciado: “Eu acho o teste uma questão de segurança, principalmente se o funcionário exercer uma função que ofereça risco para ele e para os outros”. É possível que esse dilema tenha despertado no grupo um misto de sentimento de invasão de privacidade e falta de confiança pessoal, como mostra a fala: “O teste é um absurdo, gera constrangimento, a

empresa deve confiar na gente, é fácil respeitar quem confia na gente [...]”. Em virtude do clima emotivo reinante e para não ferir suscetibilidades, o pesquisador evitou intervenções mais incisivas nesses debates, lembrando-se de que “[...] a realidade da vida cotidiana sempre aparece como zona clara atrás da qual há um fundo de obscuridade” (BERGER; LUCKMANN, 2001: 66).

Numa outra lógica, emerge o enunciado “Companheiros, se vocês têm quinhentos funcionários, e alguns, por causa de bebida, estão prejudicando a produtividade, não deve haver outra chance. Se abrir exceção, daqui a pouco o diretor-executivo estará tomando cachaça na mesa deles”. Esse comportamento converge para o processo de exclusão social, pois os usuários de álcool também são destinatários dos princípios de solidariedade e justiça social e é necessária uma convivência democrática e humana com a diversidade de comportamentos que possam emergir no convívio social.

Não obstante essa postura excludente, surge uma fala seminal:

Eu também sou a favor de fazer o teste, mas conversaria com todos os funcionários, mostraria a eles a importância do teste e que sua realização é uma necessidade e não uma ameaça. Com aqueles que se recusassem a fazer o teste, tentaria convencê-los de que não teria nenhum problema fazê-lo, principalmente se eles não bebessem, mas, se fosse o caso, eles teriam todo apoio possível.

É uma proposta que, objetivamente, busca a resolução do problema por meio de um processo dialógico incluyente, portanto sem esquecer a dimensão humana. Em razão disso, o pesquisador solicitou ao grupo que, pautado nos princípios de solidariedade e de justiça social, fizesse algumas reflexões críticas sobre o caso, gerando um contexto de desconstrução e reconstrução dos valores ético-morais explicitados.

No 6º dilema, que se refere à questão da demissão dos funcionários antigos, as falas expressam conteúdos de vários matizes: valor à experiência profissional, ao conhecimento técnico, ao avanço tecnológico, à identificação emocional, à solidariedade e ao respeito por colegas da categoria.

[...] Se a tecnologia chegou para você e não chegou para mim, você tem mais capacidade e todos procuram você, eu ficarei no segundo plano. Então, se a gente é enfeitada na empresa, fica constringida e se sente uma

ferramenta cega. Isto não pode acontecer com funcionários que já contribuíram para a manutenção da empresa.

Esse depoimento, por exemplo, demonstra que o participante projetou-se no papel do funcionário antigo, expressando um sentimento de rejeição mesclado com certo nível de ressentimento pela não reciprocidade funcional, ou seja, o não reconhecimento, pela empresa, do funcionário que contribuiu para o seu crescimento. Outro aspecto destacável é uma certa mitificação do conhecimento que supostamente os funcionários novos possuem, e a sugestão de agregá-lo à experiência dos funcionários antigos, no sentido da distribuição social do saber. Essa postura apresenta uma *nuance* positiva de receptividade ao novo, mas mostra um viés negativo ao sugerir que o funcionário novo é sempre mais preparado e ao fomentar, inconscientemente, o surgimento de uma hierarquização segregacionista do saber.

No que se refere ao 7º dilema, que trata da inserção da mulher no mercado de trabalho, algumas falas demonstram a dificuldade dos participantes de aceitarem esse fato, como no trecho “[...] se numa mesma família estivesse desempregado o homem e a mulher, eu escolheria o homem. Daria trabalho ao pai de família e deixaria a mulher em casa tomando conta dos filhos”. Essa fala mostra a exclusão da mulher do sistema produtivo, além de lhe atribuir uma função secular, a de doméstica. Esse processo é impeditivo do exercício de sua cidadania, visto que lhe são negados direitos sociais, tais como: trabalhistas, previdenciários, dentre outros. Dessa maneira, a naturalização da exclusão da mulher do setor produtivo, vigente na sociedade, também impera numa Instituição voltada para a promoção da equidade social.

No entanto, a fala:

Todos são iguais. No meu entender, a contratação deveria ser das mulheres. Nós sabemos que há muita mulher por aí que é pai e mãe, homem e mulher, é uma injustiça não dar oportunidade a ela de ganhar a sua sobrevivência e a dos seus familiares.

Esse enunciado tem um significado social muito forte, pois enfatiza as reais necessidades da mulher que assume o papel de “Provedora de Família” e, ao mesmo tempo, proclama a oportunidade de ela conseguir sua emancipação econômica a fim de assegurar o sustento de seus familiares. Assim,

concretiza-se a efetivação de uma inclusão real, diferente da inclusão abstrata, formal e demagógica que, na maioria das vezes, busca manipular e controlar o outro, com o objetivo de atender a interesses monetários ou de poder social, numa manifestação de ação estratégica encoberta.

4.2.4. Breve Análise do 8º e do 9º Dilemas

8º dilema:

A empresa Beta tem como aliado político um deputado do Partido Democrático. Esse político tem facilitado o acesso da empresa a alguns benefícios públicos como obras de saneamento, incentivos fiscais e até empréstimos. Em reunião com a diretoria, o deputado afirmou que a continuidade desses benefícios dependeria do número de votos dados por toda a empresa ao seu candidato a prefeito na eleição de 2004. A diretoria argumentou que não poderia impor aos seus funcionários o apoio ao candidato a prefeito, pois lhes estaria impedindo o exercício da cidadania. Apesar disso, o deputado reafirmou o pedido. Para vocês, qual a atitude correta a ser tomada pela diretoria? Por quê?

9º dilema:

A direção da empresa Diamante constatou que seus colaboradores, insatisfeitos com as mudanças que se vêm realizando na empresa, estão reagindo com a criação de grupos informais, para manifestarem seus descontentamentos através de críticas e comentários sobre certos assuntos considerados tabus pela direção. Esta, com o objetivo de controlar a situação e sem o consentimento dos funcionários, mandou instalar câmeras de vídeo no local de trabalho, para descobrir os líderes deste processo que, no seu entender, estaria perturbando a ordem funcional. Vocês acham essa decisão correta? Por quê?

Categoria analisada: Espaço Público

A análise das falas debatidas no 8º dilema mostra que os depoentes demandam o exercício de suas cidadanias, quando sugerem a abertura de um canal de interlocução entre a diretoria, funcionários e o deputado, para que haja uma apreciação crítica da proposta, como expressa a fala:

No meu entender, tem de haver o consenso, pois esse deputado, ao exigir tantos votos da empresa, não está sendo ético, e a partir daí já passa a ser desacreditado. O apoio político deve vir de idéias que objetivem a justiça social e a liberdade para todos. Isto sim é uma forma democrática e decente de fazer política, e não obrigar o funcionário a votar em troca disso ou daquilo. A diretoria deveria se comprometer a

apresentar a proposta do candidato aos funcionários e deixar que eles decidam ou não sua opção política.

De maneira inequívoca, a determinação desse enunciado mostra a garra dos grupos na defesa dos princípios de justiça social e solidariedade e do incentivo à participação cidadã, numa perspectiva do coletivo, do gregário – um dos grandes delimitadores da identidade da APAEB. Este comentário assume maior sentido quando se considera que os três grupos afirmam que são livres e conscientes para fazerem suas opções políticas e, para tal, têm como parâmetro relações simétricas, jamais relações entre dominado e dominador, interação na qual a mediação é feita por benefícios materiais que resultam num processo de dominação e controle social; enfim, uma troca de favores numa arquitetura política clientelista e patrimonialista, muito comum no Brasil e, particularmente, bastante forte na região do Semi-Árido da Bahia.

No 9º dilema, trechos como “Eu achei correto colocar a câmera, só vai expor quem estiver comentando o que não deve” revelam uma lógica direcionada à preservação do interesse pessoal, sem visível preocupação com o outro, bem na perspectiva da ação estratégica. Todavia, a fala “Não é correto instalar a câmera, pois é desconfiança, e a empresa ao admitir o funcionário assume que confia nele” aponta para inquietações de ordem pessoal, mas remete a uma dimensão muito importante nas interações sociais – a confiança.

Neste enfoque, a confiança, por sua característica, é reprodutora simbólica e fundamental para o fortalecimento do associativismo horizontal, isto é, aquele no qual as interações sociais são desenvolvidas num contexto simétrico, portanto mediado pela Racionalidade Comunicativa. Na lógica sistêmica, ou melhor, nos pressupostos da Racionalidade Instrumental, buscase a otimização das relações de confiança para se obterem maiores ganhos econômicos ou maior espaço de poder social, o que redundaria em mais uma forma de colonização do Mundo da Vida.

4.2.5. Breve Análise do 10º Dilema

10º dilema:

A empresa Avatar, com penetração no mercado nacional e internacional, vem promovendo avanços tecnológicos para melhorar a qualidade de seus produtos, reduzir os custos e aumentar a produtividade.

Essas ações foram vitais para garantir a sobrevivência da empresa, que estava à beira de falência. Apesar disso, os funcionários têm sinalizado que esse processo vem ocasionando mudanças, tais como: perda de transparência nas relações pessoais, redução no envolvimento comunitário, restrições à liberdade de expressão e a substituição de antigos laços de amizade e solidariedade pelo ganho econômico. Na opinião de vocês, a empresa deve continuar com esses avanços tecnológicos, uma vez que ela tem obtido vantagens econômicas, mesmo que haja prejuízo na qualidade das relações entre as pessoas e da liberdade no trabalho? Por quê?

Categoria analisada: Mundo da vida versus Mundo do Sistema.

No 10º dilema, o enunciado abaixo provocou uma polêmica intensa:

Para a empresa se reabilitar e voltar ao mercado, ela deve sacrificar o social, esquecer os laços de amizade. Após conseguir estabilizar-se, ela volta atrás e tenta reconstruir os laços de amizade e fazer o trabalho social. Este é o custo para ela voltar a crescer e continuar com o ganho econômico.

Essa fala foi veementemente rechaçada por outro participante, que enfatizou a relevância dos vínculos sociais para eles, o que levou o depoente a rever sua posição e a declarar: “[...] realmente, eu fui infeliz na colocação, usei as palavras erradas, a empresa deve usar o bom senso e tentar negociar de uma forma mais maleável para não prejudicar tanto o social”. Essa mudança de postura é um processo de aprendizagem sociopolítica, pois resgatou a relevância social e histórica dos vínculos sociais como agregadores sociais, mostrando a impossibilidade de sacrificá-los e, depois, retomá-los normalmente sem considerar a espacialidade e temporalidade na sua formação processual. Todavia, essa fala é preocupante se for válida para outros membros da APAEB, pois significa a provável hegemonia da instância econômica sobre as demais esferas sociais, que permite a autonomização do Mundo do Sistema em relação ao Mundo da Vida, ou seja, a predominância da racionalidade instrumental.

Dessa articulação dialética emergiu um consenso entre os participantes sobre a necessidade de o desenvolvimento tecnológico ocorrer concomitantemente com a preservação dos vínculos sociais, em virtude de estes serem o lastro simbólico e o fator gregário que permitiram o processo de coletivização dos princípios da APAEB. Neste

cenário, o termo “vínculos sociais” assumiu uma dimensão subjetiva que transcende os benefícios materiais propiciados pela APAEB, pois perpassa o sentimento de inclusão e de socialização dos princípios de justiça e solidariedade social, numa demonstração explícita do agir comunicativo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para se ter noção do impacto da pesquisa, fez-se uma avaliação com dez perguntas abertas, dentre as quais: O que significou para você a vivência da Ética do Discurso? Obtiveram-se, entre outras declarações, as descritas abaixo:

Foi ótima, pois a visão dos diretores, dos funcionários e dos associados mudou, para enxergar o que é bom para todos. Muitas vezes nós discordamos de algo, achando que é ruim, como por exemplo no dilema do teste de álcool, mas é preciso discutir para se chegar a esta conclusão, e não julgar somente a partir da nossa opinião, sem considerar o que os outros pensam e as conseqüências das nossas decisões.

Muito bom, principalmente pelo que conseguimos aprender na separação das éticas. Foi positivo porque ali teve oportunidade para os três grupos colocarem seus pontos de vista, discutindo e chegando a um ponto comum. É uma coisa muito interessante, levando todos a aprender, mesmo sem perceber. Foi a melhor parte da pesquisa. A única falha foi o tempo, mas isto é complicado para nós.

De acordo com essas afirmações, a vivência da Ética do Discurso foi o ponto alto da pesquisa, pois se realizou sob a égide de relações simétricas, numa paridade entre funcionários, diretores e associados. Nessa dinâmica, foram utilizados os critérios de pretensões de validade, que permitiram uma maior compreensão e aceitação da prática discursiva como um instrumento propiciador de justiça nas relações sociais.

Dessa maneira, pode-se deduzir que foi aberto um Espaço Público, ou seja, uma instância de interlocução, proposição e deliberação para os participantes exporem seus interesses, desejos, crenças. Nesse contexto, foi excluído qualquer bloqueio sistemático à comunicação, sendo expressas regras de liberdade, responsabilidade e justiça por meio de uma prática consensual. Esse processo possibilitou aos participantes apropriar-se de suas potencialidades para dialogarem em pé de igualdade sobre questões que se referiam ao seu cotidiano na APAEB. Além disso, ampliaram-se os

seus universos conceituais sobre a dimensão ética, o seu sentimento de incorporá-la a sua cotidianidade e o resgate da auto-estima e da autoconfiança pessoal e grupal, fato expresso nas falas dos depoentes ao responderem a pergunta: Como você se sentiu em participar da pesquisa?

Acho que foi um momento muito importante para mim e para os meus colegas, pois abriu a mente, o peito da gente. O que nós tínhamos vontade de falar, nós falávamos, tiramos do peito idéias novas. Todos ficaram livres, em paz, para fazer perguntas, dialogar e aprender também. Foi um aprendizado para mim e para todos.

Eu gostei muito porque eu tinha a minha opinião, falava, estando certo ou não, mas também ouvia a opinião do companheiro. Neste trabalho, a gente pode ver a diferença de opiniões, pois dificilmente dois companheiros respondiam a mesma coisa, mas aprendi que devemos discutir estas opiniões para chegar a um acordo, foi ótimo.

Assim, é possível reconhecer que a vivência da Ética do Discurso transcendeu o simples aspecto de etapa de uma pesquisa, representando para os participantes uma experiência bastante enriquecedora, que permitiu o acolhimento do outro na sua particularidade, exigindo dos envolvidos uma grande capacidade de descentração dos seus interesses pessoais e abertura de suas crenças a favor de outrem, e possibilitando a todos se sentirem como integrantes de uma comunidade, num processo natural de inclusão social.

Complementando a argumentação anterior, é pertinente lembrar que essa dinâmica funcionou para os participantes como uma desconstrução e reconstrução dos seus papéis de funcionário, diretor e associado, o que pode significar a intensificação de seus níveis de participação e envolvimento com os princípios da Instituição, portanto uma mudança de comportamento que pode contribuir para a predominância de relações sociais simétricas, como demonstram as falas obtidas na pergunta: Após a pesquisa, houve alguma mudança em você?

Sim, hoje eu penso em ajudar o próximo. Busco desenvolver a questão da ética, que é muito fechada na região. Muita gente não sabe nem o que é ética, pensa que é coisa de política, mas ética envolve tudo, a sociedade, todas as pessoas, a família em geral. Eu era mais restrito, e de alguma maneira me abri mais, me tornei mais humano.

Esse depoimento mostra uma reflexão crítica sobre a realidade vivida, a plasticidade e a

capacidade de aperfeiçoamento moral dos indivíduos, fato que pode propiciar o desenvolvimento de uma rede de crenças e sentimentos pautados em parâmetros éticos que podem ser partilhados por todos os membros, reforçando uma opção pela justiça e equidade social, em detrimento de comportamentos mediados pelo cálculo racional utilitarista, isto é, pelas ações estratégicas. Esse fenômeno pode ser consubstanciado na formação de um agir comunicativo, desde que seja institucionalizada uma prática discursiva similar à desenvolvida neste trabalho, que propicie a internalização de normas de conduta e tomadas de decisão a partir da observância de um consenso qualificado, algo bem próximo do pensamento de um participante da vivência da Ética do Discurso:

Foi um dos momentos mais importantes que existiu, pois mostrou que minha opinião só é válida se for aceita por meus companheiros e também se atender o bem de todos. [...] Nunca tivemos um momento como este na APAEB. Fiquei surpreso, pois achei que a diretoria podia achar diferente, mas eles estiveram à altura em receber as nossas perguntas e respostas. No meu entender, o grupo dos funcionários foi “dez”, eles responderam todas as questões à altura, nós usamos e abusamos das palavras.

Esse enunciado mostra não uma descoberta do participante, mas a conquista de um espaço político que pode se tornar uma prática no seu dia-a-dia, significando uma mudança quantitativa e qualitativa na espacialidade e temporalidade da práxis social, política, econômica e cultural da APAEB. Contudo, não se pretende fazer uma idealização da Ética do Discurso, mas evidenciar a potencialidade dessa prática argumentativa, se ela for estendida a todos os membros da APAEB. Como bem coloca Kamii (1998:112), “[...] na medida em que também tivermos a possibilidade de coordenar nossos pontos de vista com os dos outros, teremos a possibilidade de tornar-nos mais autônomos”.

Por fim, a vivência propiciou a emergência de um contexto simétrico no qual ocorre a substituição de uma intersubjetividade hierárquica por uma intersubjetividade cooperativa, pois a trajetória da pesquisa foi calcada na intersubjetividade comunicativa, que,

[...] além de preservar o mundo subjetivo de cada um e a objetividade do mundo material, requer um contexto no qual se supere a fragmentação da razão. Isto é, uma ordem social livre das patologias que perturbam e

distorcem a comunicação lingüística entre os sujeitos (PIZZI, 1994:57-58).

6. CONCLUSÕES GERAIS

Com o propósito de mostrar o processo evolutivo e a riqueza da vivência da Ética do Discurso e das demais fases da pesquisa (mapeamento e legitimação), aqui são feitos alguns comentários a partir das categorias justiça social, ação comunicativa *versus* ação estratégica, inclusão social, espaço público e mundo da vida, as quais nortearam a discussão dos dilemas.

Com relação à questão da justiça social focada no 1º dilema, é possível falar da existência de relações solidárias entre os participantes, as quais comportam os valores de justiça social. Entretanto, isso só ficou claro na vivência da Ética do Discurso, pois nas fases de mapeamento e legitimação muitos dos depoimentos apresentaram uma configuração de justiça com um viés utilitarista, próprio da lógica da ação estratégica, indicando a possível existência de vácuos democráticos nos valores dos grupos. Além disso, registrou-se uma concepção de justiça unilateral, concedida apenas àqueles pertencentes aos laços afetivos do falante, o que provoca, nos não integrantes desse círculo afetivo, o sentimento de “não pertencer”, numa lógica do não reconhecimento do outro como destinatário da justiça.

No tocante à Racionalidade Ético-Comunicativa estudada no 2º, 3º e 4º dilemas, as discussões permitiram vir à tona a emoção, a ética, os laços familiares e a coletividade como norteadores das ações sociais, mostrando com clareza a presença da Racionalidade Ético-comunicativa nos valores ético-morais dos três grupos. Todavia, registraram-se manifestações da ação estratégica, como expressa a fala: “Avisaria o chefe, mas no lugar dele eu manteria sigilo com o cliente, pois implica em prejuízo que pode comprometer a folha de pagamento”. Essa fala caracteriza-se por conter uma ambigüidade ética, pois mostra uma preocupação de cunho ético, mas, logo em seguida, sugere omitir a fraude contra a pessoa lesada, em razão do receio de não recebimento de salário. Nessa situação, o agir do falante é norteado pela lógica estratégica e sua autonomia é tolhida ao atender aos imperativos sistêmicos.

Houve a tematização da razão comunicativa e sua presença foi certificada no contexto da APAEB, conforme as falas dos participantes, mas também a necessidade de criação de mecanismos para sua manutenção, aprimoramento e irradiação a todos os membros da Instituição, evitando-se, assim, a manifestação de ações estratégicas encobertas.

Já nos dilemas 5º, 6º e 7º ocorreu o problema da exclusão social. Percebeu-se claramente que os depoentes se sentiam injustiçados, pois eram violados na sua individualidade, na sua expectativa do exercício da cidadania, como se lhes fosse negada a sua dimensão de sujeitos, enquanto responsáveis pelos seus atos, como no caso da exclusão funcional pela ingestão de bebida alcoólica. Com relação à exclusão cultural, esta advém de um saber que um grupo detém e outro não, saber que assume o caráter de capital simbólico que se converte numa forma de estratificação social entre os indivíduos, como se não houvesse espaço para os não detentores desse saber. Já a exclusão da mulher do mercado de trabalho repercutiu como uma forma de suprimir o outro do exercício da plenitude de sua potencialidade, com base em valores tradicionais que não dão conta da realidade do atual papel da mulher na sociedade.

A categoria Espaço Público, tematizada no 8º e 9º dilemas, ficou bem explicitada quando os falantes demandaram a instauração de um canal de interlocução entre a diretoria, funcionários e o deputado. Naquele momento, eles se reportaram à necessidade de um Espaço Público no qual questões de qualquer natureza pudessem ser problematizadas, numa prática discursiva para o alcance do entendimento.

Nessa linha de raciocínio, os grupos enfaticamente declararam suas opções políticas, com uma dignidade e grandeza que levam a pensar na existência de uma Estética da Política, ou seja, uma postura do indivíduo que, na condição de sujeito e ancorado em seus valores, decide a sua trajetória política, numa relação consigo mesmo, porém sem desconsiderar o outro – um processo de aglutinação social e representatividades simbólicas que incide no exercício da cidadania. É possível inferir que isto se constitui em um fator identitário dos grupos, visto que seus membros falam de seu engajamento político como referência histórica das suas trajetórias. Apesar disso, foi notória a necessidade de existência de um Espaço Público em

conformidade com as prescrições da Racionalidade Ético-comunicativa.

Desse modo, a institucionalização do Espaço Público nos moldes habermasianos propiciará aos apaebianos que se contraponham à desestruturação ou colonização dos seus Mundos da Vida, em atendimento às exigências do mercado. Em outros termos, é uma possibilidade de reordenação da vida individual e coletiva calcada no entendimento, solidariedade e justiça social, mediante o exercício de uma cidadania consciente e responsável.

No tocante à última categoria, o Mundo da Vida, representado pelos vínculos sociais, os participantes apontaram a sua preservação como imprescindível à consolidação do trabalho social que a APAEB desenvolve, sem desconsiderarem a importância do avanço tecnológico, desde que este seja mediado pela razão comunicativa. Portanto, é fundamental que se saiba trabalhar dialeticamente estas razões, de maneira tal que as ações comunicativas desses participantes não sejam camufladas pela lógica instrumental e se tornem ações estratégicas encobertas, contaminando a base comunicativa inerente às interações sociais desse contexto.

Nessa perspectiva, mais uma vez reafirma-se que a APAEB precisa incluir, em seus programas educativos, o desenvolvimento das competências comunicativas dos seus membros, visto que não se pode esquecer da assimetria no domínio do conhecimento e da informação no contexto apaebiano, como também da limitação cognitiva dos indivíduos.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGER L. P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 2001.

ENTEMAN, W. F. *Managerialism: the emergence of a new ideology*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1993.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: MARTIN, W. Bauer; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa, contexto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GORTNER, H. F. How public managers view their environment: balancing organizational demands, political realities, and personal values. In:

BOWMAN, J. S. (Ed.) *Ethical Frontiers in public management*. Oxford: Jossey-Bass Publishers, 1991.

HABERMAS, J. *Pensamento pós-metafísico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

_____. *Teoría de La Acción Comunicativa*. Madrid: Taurus, 1988a. Tomo I.

_____. *Teoría de la Acción Comunicativa*. Madrid: Taurus, 1988b. Tomo II.

KAMMI, C. *A criança e o número*. Campinas: Papirus, 1998.

PIZZI, J. *Ética do discurso: a racionalidade ético-comunicativa*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

RAMOS, A. G. *A Nova Ciência das Organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

SCHUTZ, A. *Fenomenologia del mundo social*. Buenos Aires: Paidós, 1968.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1994.

TENÓRIO, F. G. *Flexibilização Organizacional, Mito ou Realidade?* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.